

Análise da relação entre as ações da SEDUC/SE e a proficiência SAEB em Língua Portuguesa dos Anos Finais (2013-2019)

Alexandre Pinto Guimarães*

RESUMO

Este artigo visa analisar as notas de proficiência em Língua Portuguesa, produzidas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica, dos anos finais do Ensino Fundamental, referentes ao período de 2013 a 2019, da Rede Estadual de Sergipe, procurando estabelecer uma relação com ações e programas, de intencionalidades pedagógicas, desenvolvidos pela Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura, e com os aspectos contextuais, para entender o grau de influência exercido nos resultados. A interpretação dos dados, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisas Anísio Teixeira, efetiva-se, a partir da leitura de gráficos e tabelas, comparando a situação de Sergipe com os cenários regional e nacional, e verificando a dinâmica dos números nas dez Diretorias de Educação, situadas em regiões diferentes, com aspectos socioculturais diversos. Diante das peculiaridades detectadas em cada ambiente, onde os processos educacionais se fazem presentes, a implementação de ações considerando a realidade da comunidade escolar, pode ser fator determinante para oportunizar o desenvolvimento de competências e habilidades pelos estudantes sergipanos.

Palavras-chave: Ações. Aspectos Contextuais. Língua Portuguesa. Proficiência. Programas.

*Graduado em Letras Português/Inglês, especialista em Educação e Gestão e em Língua Portuguesa. Técnico pedagógico da SEDUC/SE e professor de Língua Portuguesa da Rede Municipal de Aracaju.

1 INTRODUÇÃO

As avaliações externas em larga escala, através dos resultados obtidos de proficiência, possibilitam às redes de ensino identificarem os níveis de aprendizagem em que os estudantes se encontram, ou seja, a conhecerem as habilidades e competências adquiridas ou a serem desenvolvidas. Entender os dados que remetem a tais “níveis progressivos e cumulativos” (INEP, 2019) é de suma importância para que as secretarias possam implementar ações e programas pontuais para qualificação do processo educacional.

Soares (2002, *apud* BROOKE & CUNHA, 2011, p.19-20) comenta a respeito das três funções dos sistemas de avaliação:

A primeira é a função métrica, de medir onde se situam os sistemas de educação em comparação com algum parâmetro para responder perguntas sobre possíveis avanços. A segunda função é a analítica, ou seja, oferecer subsídios aos pesquisadores e gestores no seu trabalho de investigar o funcionamento do sistema. A terceira, considerada a mais difícil, é a função pedagógica, que trata do uso da avaliação como instrumento para a melhoria do ensino.

Quando se fala em entendimento dos resultados, significa ter a ciência de que a evolução das aprendizagens dos estudantes, expressa em números numa escala de desempenho, não retrata apenas os aspectos cognitivos, mas também reflete a influência que algumas variáveis exercem, tais como os aspectos socioeconômicos, a escola, os recursos físicos, pedagógicos e administrativos, além do desempenho do professor. Segundo a professora Girlene Ribeiro, na apresentação interativa para o Curso de Especialização em Estatística e Avaliação Educacional, da Universidade Federal de Juiz de Fora, este último fator, por exemplo, é considerado de efeito alto no processo de ensino e aprendizagem. Na aula, ela apresenta três elementos inerentes ao desempenho do docente em sala de aula que são considerados determinantes na aprendizagem: o primeiro é a qualidade de ensino; o segundo remete-se à natureza da relação professor-aluno; e, por fim, o terceiro concerne à clareza do profissional, que se define pela habilidade de comunicar-se bem, de portar-se como exemplo, de aplicar práticas pedagógicas diferenciadas e de utilizar a avaliação como um instrumento aliado à formação.

As avaliações externas, com o decorrer do tempo, ganharam notoriedade e tornaram-se uma ferramenta indispensável para gestão do processo educacional. As informações geradas pelos sistemas de avaliação contribuem para a qualidade do ensino.

De acordo com Burgos (2020, p.3)

No tocante ao lugar e ao papel da avaliação externa, essa onda aponta para um conjunto de correções de rumos, entre os quais temos a necessidade de se combinar de modo mais equilibrado o uso de resultados de avaliação externa com autoavaliação; o incentivo a uma maior cooperação entre escolas; e, muito especialmente, a construção de um ambiente institucional que, ao invés de exclusivamente dependente da vigilância externa, também fortaleça um controle mais horizontal da busca por resultados, um controle favorecido pela formação de comunidades de aprendizagem e por uma ética de responsabilidade profissional controlada pelos próprios pares.

Há situações em que escolas com níveis socioeconômicos semelhantes e de uma mesma região têm desempenhos diferentes, fato que pode ser minimizado a partir da análise qualificada dos dados fornecidos pelas avaliações e a consequente implementação de programas que sejam pertinentes, ao ponto de melhorar a influência de variáveis que, porventura, tenham sido responsáveis por tais desigualdades nos resultados.

De acordo com Franco & Oliveira (2000, p. 197),

Esses dados apontam para eles quais os setores dentro da escola que precisam ser melhorados: gestão escolar, prática dos professores e o próprio Projeto Político Pedagógico” No caso deste estudo, estabelece-se um olhar para esses fatores de influência, focando sempre o ensino e a aprendizagem em Língua Portuguesa.

Diante desta contextualização, da relação direta entre os resultados das avaliações em larga escala e as iniciativas propulsoras de qualificação é que este trabalho pretende analisar as notas de proficiência em Língua Portuguesa, geradas pelo SAEB, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, referentes ao período de 2013 a 2019, na Rede Estadual de Sergipe, considerando as ações desenvolvidas pela Secretaria para melhoria da qualidade de ensino. A ideia é observar o comportamento dos dados das avaliações de Língua Portuguesa ao longo da série histórica, proposta por este estudo, atentando-se para a progressão média das notas e o movimento percentual entre os níveis de desempenho a cada edição do Sistema de Avaliação da Educação Básica.

A pesquisa visa também identificar os efeitos que as iniciativas planejadas, executadas e com intencionalidades pedagógicas, possam ter produzido para as alterações no desempenho dos estudantes nos testes de Língua Portuguesa. Além de observar o grau de influência que aspectos contextuais, como as variantes intraescolares, podem exercer na aprendizagem.

Um estudo neste sentido oportuniza os atores educacionais a potencializarem ações e programas que tenham sido bem sucedidos e, ao mesmo tempo, a pensarem em outras práticas que contribuam, no sentido de qualificar o ensino da Língua Vernácula e a aprendizagem dos objetos do conhecimento do referido componente curricular.

Mostrar ao professor que o êxito dos alunos, proveniente do desenvolvimento de suas habilidades leitoras, está vinculado à execução de práticas bem estruturadas, construídas a partir de evidências, é querer despertar nele o sentimento de poder, ou seja, de que, através da educação, ele é capaz de ampliar o horizonte de oportunidades dos jovens. É promover a inclusão social, pois o estudante detentor de competências para ler e para dar sentido ao que se lê é um estudante crítico e consciente dos seus direitos e deveres.

O artigo utiliza os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisas Anísio Teixeira referentes à Proficiência de Língua Portuguesa, dos Anos Finais do Ensino Fundamental da Rede Estadual de Sergipe, das últimas quatro edições do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB. Além disso, trabalha com algumas ações e programas desenvolvidos pela secretaria, analisando as portarias de implementação e os documentos disponibilizados que tratam das metodologias e das estratégias.

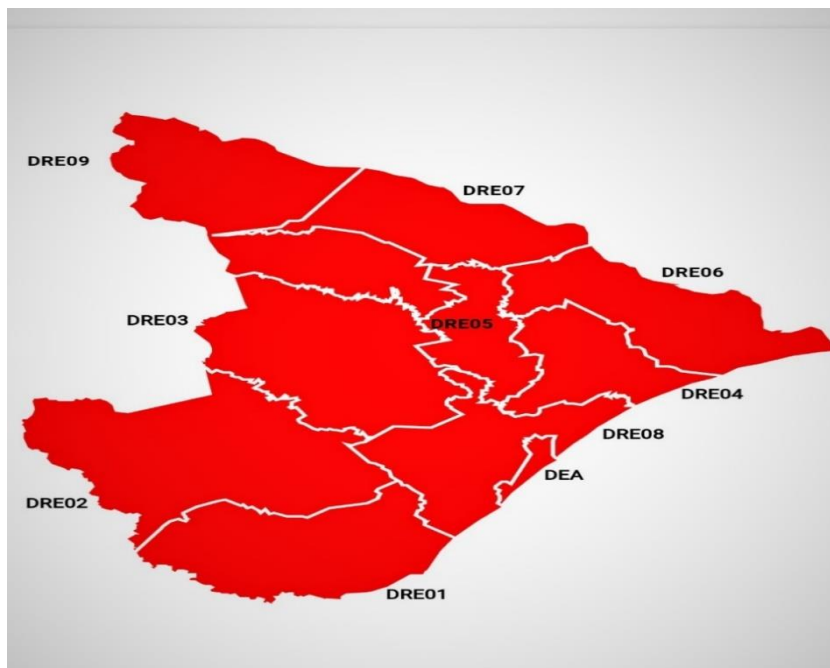
Para abordar o tema, o texto está dividido em quatro seções. Na primeira parte, que corresponde à introdução, é apresentado o objetivo do trabalho e uma breve contextualização da temática; na segunda seção, há uma apresentação da Rede Estadual de Ensino de Sergipe, com os principais resultados obtidos no Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB; na terceira, discorre-se sobre a base de informações do INEP, concernente à proficiência, contextualizando a realidade educacional de Sergipe, além de uma narrativa das principais iniciativas que objetivaram a qualificação do ensino e da aprendizagem de Língua Portuguesa na Rede Estadual, estabelecendo uma relação com o desempenho dos estudantes nas Avaliações do SAEB. Por fim, na última seção, expõem-se conclusões relevantes da presente pesquisa.

2 APRESENTAÇÃO DA REDE ESTADUAL DE SERGIPE

A Rede Pública Estadual de Sergipe, que oferta educação básica em todos os 75 municípios do território sergipano, é composta de 326 escolas, organizadas em nove Diretorias

Regionais de Educação (DREs) mais a Diretoria de Aracaju (DEA). Essa organização compreende, com uma certa flexibilidade, as regiões geográficas do estado, conforme mostra o mapa abaixo, disponibilizado no site da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura – SEDUC/SE.

Figura 1 – Mapa do Estado de Sergipe Dividido em Diretorias de Educação



Fonte: www.seduc.se.gov.br

Segundo os dados apresentados pela SEDUC/SE, no momento desta pesquisa, em seu site oficial, a rede apresenta 154061 matrículas, considerando todas as etapas e modalidades ofertadas, sendo que a maior concentração se encontra nos Anos Finais do Ensino Fundamental, com 43034 alunos matriculados, seguida do Ensino Médio convencional de 800 horas com 40980.

A Diretoria de Educação de Aracaju (DEA), que abrange apenas a capital do estado, agrega o maior quantitativo de escolas, com 81 unidades de ensino e apresenta o maior quadro de matrículas, com 45211 estudantes, acompanhada da Regional 08 (DRE 08), que compreende os municípios da grande Aracaju, com 56 escolas e 28663 alunos matriculados.

De acordo com os dados da última edição do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB 2019), a Rede Estadual de Sergipe conseguiu avançar no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), nas três etapas de ensino. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, saiu de 4,7 em 2017, para 5,0 em 2019, inclusive atingindo a meta estabelecida pelo INEP e à frente de três estados do Nordeste: Rio Grande do Norte, Paraíba e Maranhão. Em nível nacional, a rede está ao lado de Pará, Pernambuco e Bahia.

Já nos anos finais, o IDEB é de 3,7, avançando 0,10 em relação à edição anterior e está ao lado do Rio Grande do Norte, tanto na região nordeste, quanto nacionalmente.

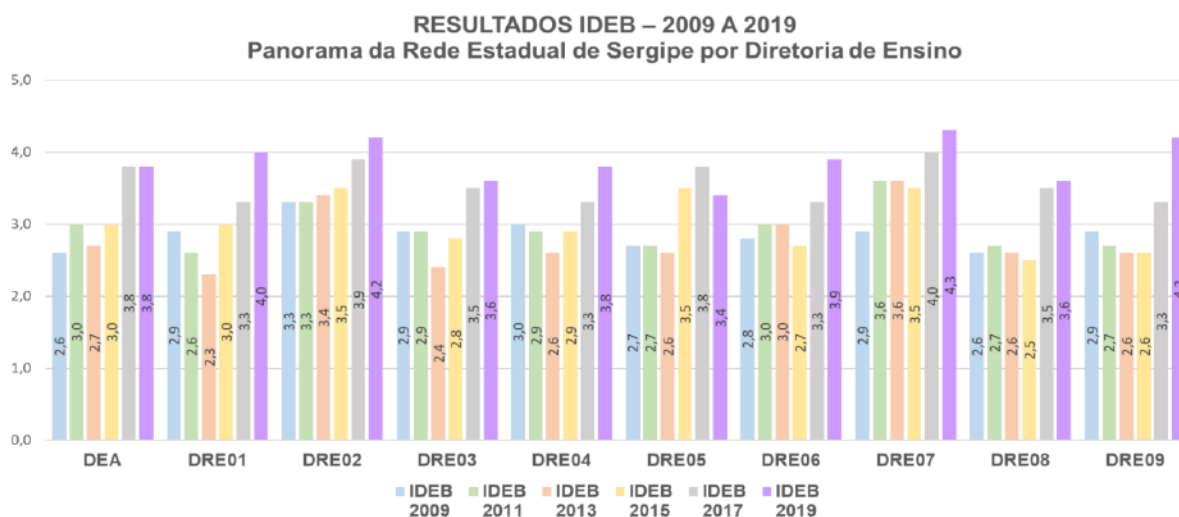
Enfim, o ensino médio saiu de 3,1 em 2017 para 3,3 em 2019, ficando à frente dos estados da Bahia e do Rio Grande do Norte, quando considerado apenas a região nordeste e, em nível de Brasil, à frente ainda do Pará e Amapá.

Respeitando a série histórica proposta por este trabalho para estudo (2013-2019) e considerando os dados do MEC/INEP, em linhas gerais, a Rede Estadual vem numa crescente em relação ao indicador de rendimento e à nota média padronizada de proficiência nas três etapas. Nos anos iniciais, com exceção do ano de 2015 que Sergipe sofreu uma baixa, de 0,87

em 2013 para 0,85 em 2015, nos anos seguintes houve um avanço para 0,89, em 2017, e 0,91 em 2019. Quanto ao comportamento das notas de proficiência, a rede ascendeu de 4,71 em 2013 para 5,44 nesta última edição.

A figura 2 mostra um panorama da Rede Estadual de Sergipe por diretoria de educação, a partir de uma média simples dos dados referentes aos Anos Finais do Ensino Fundamental, resultado da análise realizada pela SEDUC/SE, no sentido de entender a realidade do estado.

Figura 2 – IDEB por Diretoria Regional de Educação



Fonte: MEC/INEP/SEDUC/CEAVE/SEMACE/SEGSAE 2020¹

Tratando-se dos anos finais, etapa de estudo do artigo, e segundo dados oficiais da Secretaria Estadual de Educação, do Esporte e da Cultura – SEDUC/SE, o indicador de rendimento, quando comparado aos anos iniciais, em termos de valor, é menor, porém vem numa ascensão de 2013 a 2019, saindo de 0,62 para 0,75. O maior índice de reprovação nesta etapa está no 6º ano, comprometendo o desempenho no decorrer das edições do SAEB. Já nas notas padronizadas de proficiência, a rede estava em ascensão de 2013 a 2017, com valores respectivos de 4,31, 4,67 e 4,81. No entanto, em 2019, há uma desaceleração para 4,77. Esse comportamento se deve à nota de proficiência de Língua Portuguesa que foi de 242,15, diferente da edição anterior que sinalizou 244,94. Esse assunto será tratado no decorrer do desenvolvimento do artigo.

Em relação ao Ensino Médio, o indicador de rendimento da Rede Estadual, de 2013 a 2019, cresceu 0,05, saindo de 0,74, em 2013, para 0,79, em 2019. Cabe ressaltar que a taxa menor de aprovação está na 1ª série, enquanto a maior na 3ª série. Essa crescente percebe-se também nas notas padronizadas de proficiência. Da edição de 2013 para a última, Sergipe sofreu uma aceleração de 3,82 para 4,25, ressaltando a média de Língua Portuguesa de 261,78, em 2019, maior que a de matemática, 259,04, contrariando a série histórica, que sempre apresentou matemática à frente.

Ao concentrar as atenções na etapa do Fundamental Anos Finais, objeto de estudo deste trabalho, e ao considerar a análise realizada pela Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura SEDUC/SE, a respeito do comportamento dos resultados do IDEB, observam-se realidades diferentes entre as dez diretorias de educação. Historicamente, as regionais 02, situada na região centro-sul do estado, e a 07, localizada no alto sertão, apresentam o melhor

¹ Dados calculados com base em média aritmética simples.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Aliás, são diretorias que compreendem regiões bastante diferentes do ponto de vista sociocultural.

É importante ressaltar que a Diretoria de Educação 07 detém o melhor IDEB do estado nas duas últimas edições do SAEB, com valores respectivos de 4,0 e 4,3. É interessante observar que nesta mesma região (Alto Sertão sergipano), está localizada também a regional 09, que vem numa ascensão significativa, crescendo de 3,3, em 2017, para 4,2, em 2019, obtendo o segundo melhor resultado de Sergipe nesta etapa de ensino.

Para se ter uma ideia, o Alto Sertão possui um dos Índices de Desenvolvimento Humano - IDH mais baixo de Sergipe, tendo como uma de suas principais características a reforma agrária.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento do Território (2008, p.25),

A dimensão cultural do Alto Sertão é influenciada pela atividade pecuária – a marca registrada da toponímia do território. Os núcleos populacionais do Território formaram-se, fundamentalmente, em função dos deslocamentos e da expansão da atividade pecuária e do cultivo do algodão nos séculos anteriores.

Entende-se que o aspecto sociocultural é de influência alta no desempenho escolar dos estudantes, fato que poderia ter colaborado para uma outra realidade no Alto Sertão sergipano, diferente desta apresentada a partir dos dados das avaliações externas em larga escala. Todavia, deve-se considerar que outras variantes, principalmente intraescolares, são determinantes para o processo de ensino-aprendizagem.

Mesquita (2012, p.590) sinaliza essa ideia de análise, quando afirma que “a finalidade é perceber as relações sociais que ocorrem no interior das escolas, as formas de organização destes estabelecimentos e suas relações com a comunidade, a fim de entender o real.” Já Madaus, Airasian & Kellaghan (1980, *apud* MESQUITA, 2012, p.590) que “as interações cotidianas entre alunos e membros da equipe escolar, as quais, em conjunção com a subcultura dominante, são a maior fonte de diferenças entre as escolas no desempenho cognitivo dos alunos.”

O comportamento dos dados ao longo das edições do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB remete-se a um estudo dos fatores e práticas que colaboram e exercem influência. Entender e relacionar as ações implementadas e desenvolvidas pela Secretaria de Educação com os resultados é uma tônica deste estudo. É compreensível que as ações possam ter impactos diversos em lugares diferentes, seja numa unidade de ensino, seja numa diretoria regional.

Em linhas gerais, entende-se que a Rede Estadual de Ensino de Sergipe se apresenta em crescimento. A cada edição do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, o desempenho se mostra diferente, com sinais de melhoria nos números, aspecto que remete a possíveis conclusões como esforços realizados por todos os atores envolvidos, no sentido de oferecer sempre práticas pedagógicas com qualidade para os estudantes sergipanos, além da prática de uma possível gestão amparada nos resultados gerados pelas edições do SAEB, como um meio estratégico para garantir o êxito do processo educacional da rede.

3 DADOS DE SERGIPE NO SAEB E AÇÕES E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA REDE

3.1 – As Médias de Proficiência em Língua Portuguesa

Nesta etapa do artigo, será apresentado o desempenho da Rede Estadual de Ensino, nos Anos Finais do Fundamental, a partir dos gráficos e tabelas com as médias de proficiência em Língua Portuguesa e informações referentes aos níveis de aprendizagem, nas quatro últimas

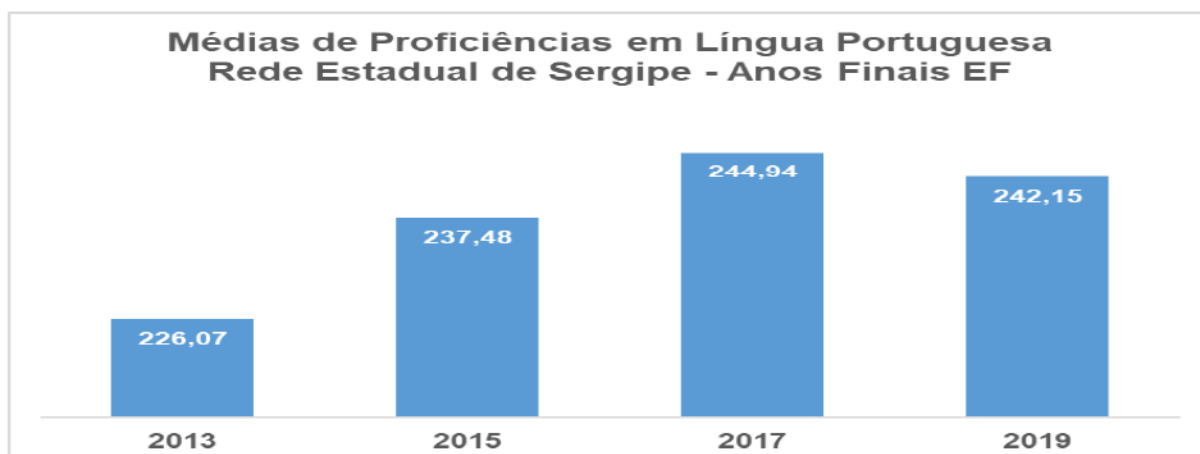
edições do SAEB, procurando estabelecer uma relação com as ações e programas desenvolvidos, no sentido de entender os resultados postos.

Ao procurar estabelecer essa relação entre dados do SAEB e as iniciativas programadas e implementadas pela Secretaria de Educação, permite-se verificar como a rede pensou para gerar resultados melhores e como essas ações podem ter influenciado nos números das edições seguintes. Cabe ressaltar que, neste processo, o entendimento da escola de como potencializar as propostas de melhoria, o conhecimento de sua comunidade interna, a viabilidade das estratégias pensadas, as fraquezas a serem trabalhadas e a dedicação de cada ator envolvido no interior das unidades de ensino são aspectos determinantes para efetivar processos qualificados. Enfatizam-se, assim, as variantes que exercem uma forte influência nos resultados.

Segundo Brooke & Soares (2008, *apud* MESQUITA, 2012, p.600), “já que a escola é o cenário das relações interpessoais e profissionais, que influenciam de fato o que ocorre na sala de aula, é nela que se planta e se colhem os frutos dos planos de melhoramento”.

A figura 3 mostra o desempenho da Rede Pública Estadual de Sergipe nas avaliações de Língua Portuguesa do SAEB, nos anos finais do Ensino Fundamental, correspondente ao período de 2013 a 2019.

Figura 3 – Médias de Proficiência em Língua Portuguesa



Fonte: portal.inep.gov.br/painel educacional

Observa-se que a Rede vinha numa crescente nos últimos anos, com um avanço regular na escala de proficiência até a penúltima edição, porém na última houve uma desaceleração, caindo de 244,94 para 242,15.

Embora Sergipe estivesse evoluindo de 2013 a 2017, manteve-se no nível 2 da escala de proficiência, que compreende os valores entre 225 e menor que 250, ao mesmo tempo em que essa pequena baixa, em 2019, não comprometeu uma mudança de nível. Significa dizer que, em tese, a Rede Pública Estadual de Ensino, em relação ao desempenho em Língua Portuguesa, preserva as habilidades já desenvolvidas.

A figura 4 apresenta o nível 2 da Escala de Proficiência de Língua Portuguesa, Anos Finais do Ensino Fundamental, com as respectivas habilidades desenvolvidas pelos estudantes que se encontram neste estágio.

Figura 4. - Nível 2 da Escala de Proficiência em Língua Portuguesa (continua na pag. 8)

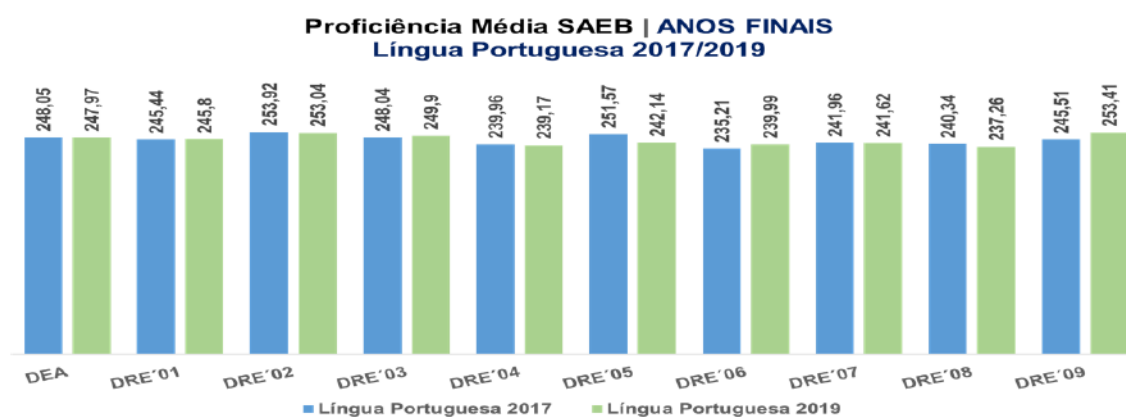
| | |
|--|---|
| <p>Nível 2</p> <p>Desempenho maior ou igual a 225 e menor que 250</p> | <p>Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Localizar informações explícitas em fragmentos de romances e crônicas. • Identificar tema e assunto em poemas e charges, relacionando elementos verbais e não verbais. • Reconhecer o sentido estabelecido pelo uso de expressões, de pontuação, de conjunções em poemas, charges e fragmentos de romances. • Reconhecer relações de causa e consequência e características de personagens em lendas e fábulas. • Reconhecer recurso argumentativo em artigos de opinião. • Inferir efeito de sentido de repetição de expressões em crônicas. |
|--|---|

Fonte:portal.inep.gov.br

Se mantivesse o avanço percentual das últimas edições, a Rede não só teria uma crescente na média de proficiência, como estaria, provavelmente, conquistando mais um nível, saindo do nível 2 para o 3, o que significaria a apropriação de habilidades com maior complexidade por um grupo considerável de estudantes.

A figura 5 traz um comparativo das notas de proficiência em Língua Portuguesa nas diretorias de Educação de Sergipe, considerando as duas últimas edições do SAEB – 2017, quando obteve a maior média de toda série histórica em 2019, quando houve uma desaceleração.

Figura 5 – Média de Proficiência em Língua Portuguesa por Diretoria Regional



Fonte: Inep/SEDUC/CEAVE/SEMAC/SEGSAE 2020²

Percebe-se que cinco regionais avançaram, com destaque para a Diretoria Regional de Educação - DRE 09, responsável pelas escolas do alto sertão sergipano, que saiu de 246,48 para 253,41, resultado que contribuiu para uma mudança de nível na escala de proficiência, concentrando um maior percentual de alunos no nível 3. No entanto, cinco diretorias sofreram uma queda na média, fato que influenciou no resultado geral do estado.

Cabe destacar que duas regionais, a DRE 02, que compreende a região centro-sul, e a DRE 09, o alto sertão, diferem do resultado geral quanto ao nível de proficiência. Enquanto toda a Rede Estadual se encontra no nível 2, elas estão no nível 3 da escala.

As ações e programas construídos e desenvolvidos pela Secretaria de Estado, da Educação, do Esporte e da Cultura, que serão apresentados na próxima seção deste artigo, foram

² Dados calculados com base em média aritmética simples.

implementados em toda a rede. No entanto, elas podem ter impactado de maneira diferente, gerando resultados diversos nas diretorias de educação, como ficou bem claro nos dados apresentados e analisados na figura 5. Um fato a ser enaltecido são algumas variáveis que podem exercer influência no processo de ensino-aprendizagem.

Considerando as descrições por nível de aprendizagem que a escala de proficiência (disponível em portal.inep.gov.br) em Língua Portuguesa traz, a análise relacionando os resultados dos testes da Rede Pública Estadual de Sergipe em Língua Portuguesa com as habilidades a serem trabalhadas é precisa e pertinente.

De acordo com Mesquita (2009, p 18 e 19):

Com essas informações, pode-se verificar em qual dos níveis situa-se a média de desempenho dos alunos, o percentual de alunos que já desenvolveram as habilidades básicas, em cada período de escolaridade avaliado e, ainda, os percentuais de alunos que se encontram abaixo e acima do nível desejado.

Portanto, uma interpretação adequada das escalas de proficiência pode revelar inúmeros caminhos para a atuação político-pedagógica.

A partir das análises anteriores quanto ao desempenho em Língua Portuguesa da Rede Pública Estadual de Sergipe, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, observa-se que os níveis 2 e 3 foram alcançados pelos estudantes sergipanos, sendo que o nível 2, quando se remete ao resultado geral, envolvendo todas as Diretorias de Educação, e o nível 3, quando a avaliação se estabelece por regional. Neste caso, destacam-se as DREs 02 e 09.

Ao fazer uma leitura da Escala de Proficiência em Língua Portuguesa e ao analisar de forma mais ampla os resultados do estado, os estudantes desenvolveram habilidades referentes ao nível 2, que correspondem basicamente à localização de informações explícitas e à identificação de tema e assunto no texto, no reconhecimento de sentido, produzido pelo uso de expressões, de pontuação e de conjunções, além do reconhecimento das relações de causa e consequência e do recurso argumentativo, como expõe a escala de proficiência.

É importante estabelecer uma relação dos resultados das últimas edições do Sistema de Avaliação da Educação Básica com a taxonomia de Bloom (BLOOM, 1956), no sentido de entender o aspecto cognitivo, ou seja, qual o nível de complexidade atingido pelos alunos sergipanos da Rede Estadual do Ensino Fundamental, Anos Finais. Considerando as habilidades correspondentes ao nível 2 da escala de proficiência, conclui-se que eles desenvolveram os domínios do conhecimento e da compreensão, como está estabelecido na própria taxonomia de Bloom (BLOOM, 1956).

No caso do nível de conhecimento, o estudante reúne condições de identificar informações específicas, e no nível de compreensão, demonstra a habilidade de entender informações, ao ponto de repassá-las, através de uma ideia definida.

Conforme comenta Mesquita (2009, p.19),

Uma boa análise de uma escala de proficiência deve oferecer informações relevantes sobre o desenvolvimento cognitivo dos alunos, descrevendo, por meio de resultados apresentados através de escores de proficiência, níveis distintos de ações e operações mentais utilizadas pelos alunos ao resolverem os desafios cognitivos expressos nos itens dos testes.

Figura 6– Taxonomia de Bloom (continua na pag. 10)

| CONHECIMENTO | COMPREENSÃO | APLICAÇÃO | ANÁLISE | SÍNTESE | AVALIAÇÃO |
|---------------------|--------------------|------------------|----------------|----------------|------------------|
| Apontar | Descrever | Aplicar | Analisar | Armar | Ajuizar |
| Arrolar | Discutir | Demonstrar | Calcular | Articular | Apreciar |
| Definir | Esclarecer | Dramatizar | Classificar | Compor | Avaliar |
| Enunciar | Examinar | Empregar | Comparar | Constituir | Eliminar |
| Inscriver | Explicar | Ilustrar | Contrastar | Coordenar | Escolher |
| Marcar | Expressar | Interpretar | Criticar | Criar | Estimar |
| Recordar | Identificar | Inventariar | Debater | Dirigir | Julgar |
| Registrar | Localizar | Manipular | Diferenciar | Reunir | Ordenar |
| Relatar | Narrar | Praticar | Distinguir | Formular | Preferir |
| Repetir | Reafirmar | Traçar | Examinar | Organizar | Selecionar |
| Sublinhar | Traduzir | Usar | Provar | Planejar | Taxar |
| Nomear | Transcrever | | Investigar | Prestar | Validar |
| | | | Experimentar | Propor | Valorizar |
| | | | | Esquemematizar | |

* Adaptado de JONHSON & JONHSON, S. R.

A Taxonomia de Bloom (BLOOM, 1956) foi criada visando classificar os objetivos de processos educacionais. Ela está dividida em três áreas: cognitiva, que é diretamente ligada ao conhecimento, afetiva, relacionada aos sentimentos e, por último, a psicomotora, com ênfase nas ações físicas.

Segundo Santos (2015, p.28):

Na década de 40 e 50 os sistemas de ensino centravam-se em modelos de transmissão e recuperação de informação, modelos estes herdados do Movimento Escolanovista que aconteceu por volta dos anos 30, onde predominava a formação tecnicista, de características instrucionais. Desta forma o ensino focava na formação do indivíduo, e não no seu desenvolvimento intelectual e pessoal.

Santos (2015, p.28) complementa:

Devido a esse fato Benjamin S. Bloom (1913-1999) em 1948, durante a Convenção da Associação Americana de Psicologia, verificou junto ao grupo de colaboradores, a necessidade de criação de um quadro teórico para facilitar a comunicação entre os avaliadores onde fosse desenvolvido um sistema (ou taxonomia) voltado para formação educacional e objetivos de aprendizagem que viessem auxiliar no processo de avaliação da aprendizagem, melhorar o desenvolvimento de “domínios” e não centralizar na transferência de conteúdos.

Atentando-se para o aspecto cognitivo, a Taxonomia de Bloom (BLOOM, 1956) distribui os objetivos de domínio em seis níveis, que consiste numa sequência do mais simples (conhecimento) ao mais complexo (avaliação), conforme consta na figura 6. Cabe ressaltar que “[...] os níveis são apresentados do mais simples ao complexo de forma que ao passar para outra classe já tenha-se dominado a anterior” (SANTOS, 2015, p.29).

Entender esse movimento de relação de níveis de proficiência e domínio cognitivo desenvolvido remete-se a uma reflexão acerca dos resultados gerados, estabelecendo uma relação com as ações e programas implementados pela rede. O que precisaria ser incrementado nas iniciativas já construídas ou nas futuras práticas, para que haja a garantia de avanço nos níveis de aprendizagem pelos estudantes?

A tabela 1 apresenta, em números percentuais, o desempenho dos estudantes sergipanos, na série histórica, correspondente aos anos de 2013 a 2019.

Tabela 1 - Níveis de Proficiência de Língua Portuguesa

| Resultados da Rede Estadual por nível de proficiência de Língua Portuguesa | | | | |
|--|-------|-------|-------|-------|
| Anos Finais EF | | | | |
| Nível | 2013 | 2015 | 2017 | 2019 |
| Nível 0 | 29,85 | 21,10 | 16,57 | 19,53 |
| Nível 1 | 20,99 | 16,96 | 15,80 | 16,54 |
| Nível 2 | 19,46 | 22,38 | 21,44 | 19,56 |
| Nível 3 | 15,57 | 18,85 | 21,06 | 19,67 |
| Nível 4 | 8,66 | 13,11 | 14,64 | 13,71 |
| Nível 5 | 4,06 | 5,27 | 7,30 | 7,33 |
| Nível 6 | 1,16 | 2,04 | 2,43 | 2,82 |
| Nível 7 | 0,25 | 0,28 | 0,76 | 0,83 |
| Nível 8 | 0,01 | 0,01 | 0,00 | 0,02 |

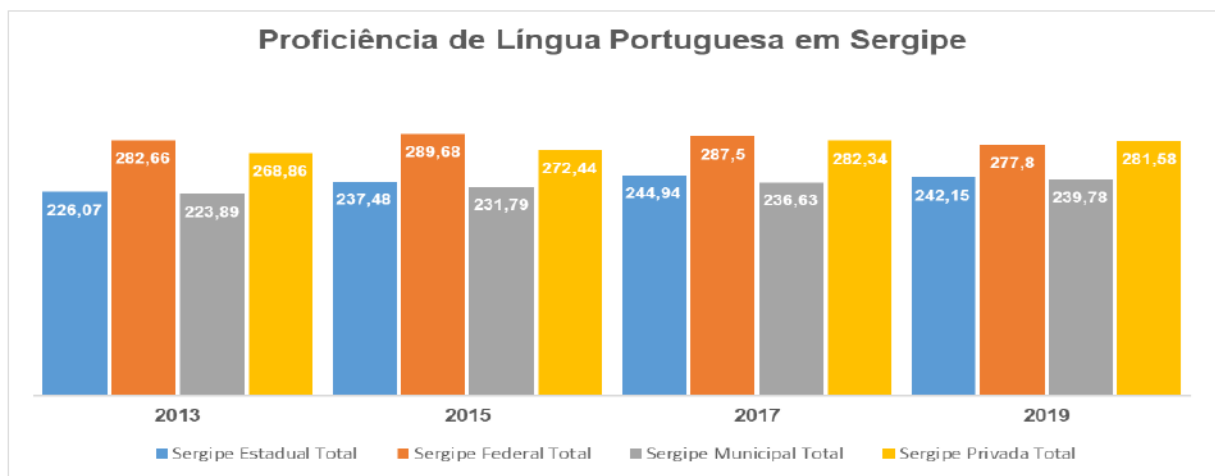
Fonte: portal.inep.gov.br/painel educacional

A maior concentração está nos primeiros níveis de aprendizagem, entre o 1 e o 3, sendo que, em média, a incidência mais significativa está no nível 2, fato já sinalizado nas primeiras análises deste trabalho.

Com o passar dos anos, é percebido um aumento percentual nos níveis mais avançados, a exemplo do 4, no qual, em 2013, havia 8,66. Já em 2015, uma evolução significativa, chegando a 13,11 e mantendo essa evolução no ano seguinte de 14,64. No entanto, em 2019, houve um pequeno fracionamento, já justificado pelos números gerais, os quais sinalizaram essa desaceleração na última edição do SAEB.

Cabe ressaltar que a partir do nível 5, Sergipe demonstra melhoras, situação que não pode deixar de evidenciar, uma vez que se configura na apropriação de habilidades com um grau de maior complexidade. Lógico que o foco deve estar nos níveis anteriores, mas, ao mesmo tempo, não pode deixar de garantir a sequência daqueles que conseguiram avançar.

A figura 7 destaca um aspecto interessante, que consiste na verificação do estágio em que se encontra o desempenho em Língua Portuguesa da Rede Estadual, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, em relação às demais redes em Sergipe.

Figura 7– Proficiência de Língua Portuguesa em Sergipe

Fonte:portal.inep.gov.br/painel educacional

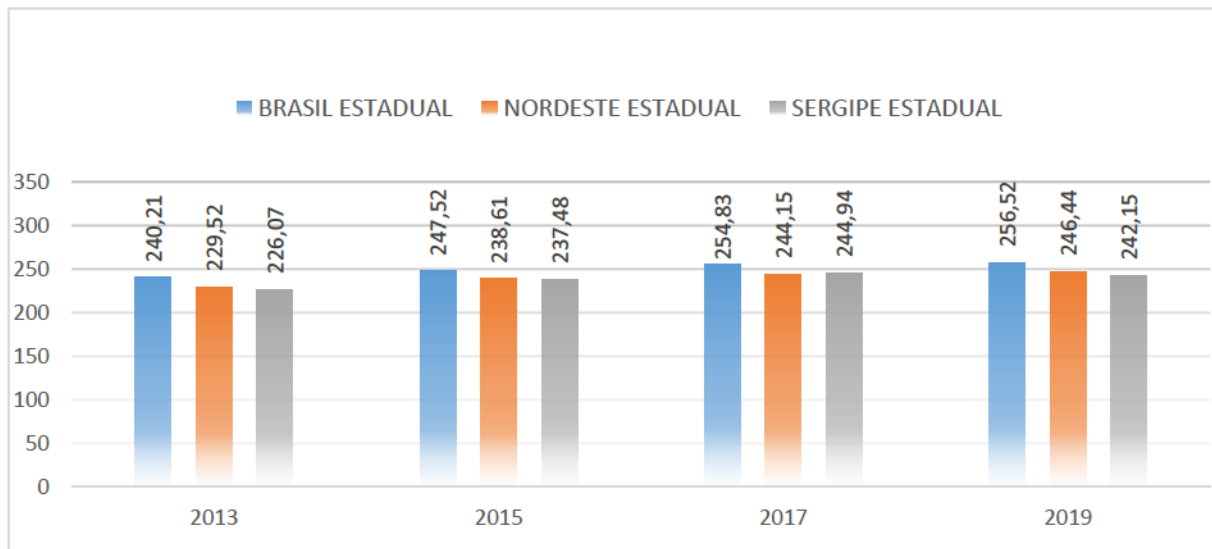
Nos quatro anos expostos na análise, o comportamento das notas de proficiência de Língua Portuguesa dos estudantes da Rede Estadual é o mesmo, ou seja, sempre se mantendo atrás das Redes Privada e Federal, e à frente da Municipal. A mudança se evidencia nos números, no decorrer das edições do SAEB.

Com exceção da Rede Federal, que vem num descenso desde 2015, as demais apresentaram melhoras nos seus números. Obviamente, como já foi citado neste artigo, em 2019, a Estadual sofreu uma queda, mas não o suficiente para comprometer a sua posição referente aos anos anteriores, quando comparada as outras redes.

As Redes Estadual e Municipais de Sergipe, de 2013 a 2019, cresceram 16 pontos, em média, na nota de proficiência, sendo o maior avanço, quando comparado com as outras duas. A Rede Privada de Ensino apresentou um crescimento médio de 13 pontos, enquanto a Federal comportou-se diferente das demais, já que regrediu a nota de 282,66 para 277,8.

A figura 8 mostra como os Anos Finais do Ensino Fundamental das escolas estaduais de Sergipe estão em relação à Rede Estadual em nível de Brasil e Nordeste.

Figura 8– Média de Proficiência em Língua Portuguesa



Fonte: portal.inep.gov.br

Os dados nos oferecem um panorama que possibilita verificar como está o processo de ensino e aprendizagem em Língua Portuguesa, nos anos finais, a partir de uma comparação com a região nordeste e com o cenário nacional.

Verifica-se que Sergipe, em relação ao Nordeste, vinha numa crescente significativa, chegando em 2017 com 244,94 pontos. Esse desempenho possibilitou diminuir a margem de diferença relativa aos resultados em nível de Brasil. A regularidade de crescimento não foi possível na última edição, já que o Nordeste cresceu e Sergipe não manteve ritmo de desenvolvimento, contrariando as expectativas alimentadas, pelos resultados das edições anteriores, mesmo que essa desaceleração tenha sido pequena.

Enfim, os números percentuais apresentados nesta análise trazem significados que ajudam os atores envolvidos a entenderem em que estágio se encontra a educação ofertada pela Rede Estadual nos Anos Finais do Ensino Fundamental e a planejarem estratégias para que as melhorias se tornem processual.

3.2 – Ações e Programas Desenvolvidos pela Rede

Ações e programas foram desenvolvidos pela Secretaria Estadual da Educação, do Esporte e da Cultura – SEDUC/SE com o objetivo de qualificar o processo de ensino e aprendizagem na Rede Estadual de Ensino e automaticamente melhorar o desempenho dos estudantes sergipanos nas avaliações externas em larga escala. Foram trabalhos pontuais, no sentido de sanar as fraquezas detectadas, a partir dos resultados oriundos do Sistema da Avaliação da Educação Básica – SAEB e das avaliações internas bimestrais desenvolvidas nas unidades de ensino.

É importante frisar que as iniciativas não se centraram em um único componente curricular, ou seja, no trabalho de aprendizagem das habilidades específicas, por exemplo, de Língua Portuguesa. Diante desse aspecto, saber direcionar as diretrizes das ações e programas implementados pela SEDUC, em prol de resolver as fragilidades relativas ao componente, torna-se um fator indispensável para a obtenção de resultados qualificados.

Diante das análises realizadas na seção anterior, nas quais se constatou uma elevação nas médias de proficiência de Língua Portuguesa, observa-se a influência que as iniciativas pedagógicas a serem apresentadas nesta seção possam ter exercido na melhoria dos resultados da Rede Estadual, na etapa do Ensino Fundamental, Anos Finais.

Logicamente que em algumas regiões do estado, o impacto foi maior, que possivelmente, como já citado neste artigo, variáveis intraescolares tenham feito a diferença. Um exemplo que ilustra bem a influência de fatores na aprendizagem foi a média de proficiência em Língua Portuguesa da última edição do SAEB, quando houve uma queda na nota do estado. Porém, em algumas Diretorias de Educação, especificamente, ela cresceu, até proporcionando a mudança de nível na escala.

As ações e programas descritos a seguir estão em andamento na Rede de Sergipe e as avaliações imediatas deles são realizadas pelos Serviços, que acompanham as respectivas etapas de ensino (fundamental e médio) e compõem o Departamento de Educação – DED, a partir de evidências produzidas pelas escolas e de uma interpretação dos resultados das aprendizagens, materializados através das avaliações internas.

3.2.1 – Avaliação da Aprendizagem

Em 2009, foi lançada a Portaria nº 8042/2009, de 30 de dezembro de 2009, que implementou a Avaliação da Aprendizagem nas Escolas da Rede Pública Estadual, que consiste num trabalho sistemático de verificação da aprendizagem dos alunos, a partir de instrumentos de acompanhamento da avaliação ao longo do ano letivo. Visa trabalhar de forma pontual os aspectos que necessitam de ações pertinentes, no sentido de oportunizar o desenvolvimento do estudante.

Conforme o artigo 1º (SERGIPE, 2009),

A avaliação da aprendizagem nas Escolas Públicas Estaduais será contínua, sistemática e cumulativa, com predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, presentes tanto no domínio cognitivo como no desenvolvimento de hábitos e atitudes, tendo por objetivo contribuir para a progressão dos discentes.

A Avaliação da Aprendizagem foi instituída “em consonância com o disposto no Art. 22 e o inciso XVI do Art. 43 da Lei nº 6.130 de 02 de abril de 2007, em face do que estabelece a Lei nº 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) em seus Artigos 10 e 24” (SERGIPE, 2009).

A Portaria justifica a iniciativa a partir do entendimento de que a avaliação assume dimensões abrangentes quando se considera o contexto da qualidade da educação básica,

havendo assim a necessidade de se estabelecer clareza nos objetivos a serem alcançados e o processo de avaliação da aprendizagem necessita de diretrizes norteadoras (SERGIPE, 2009).

A verificação da aprendizagem não ocorre através de um único instrumento durante o bimestre, mas de diversas formas de avaliação, como pesquisas orientadas, entrevistas, atividades orais e/ou escritas, trabalhos na sala de aula e/ou em casa e outras formas de verificação definidas pela Unidade de Ensino, já que o programa preserva a autonomia da direção e de seus professores (SERGIPE, 2009).

Esse é um aspecto importante que a portaria estabelece, pois, através de diversos instrumentos avaliativos, é possível aferir habilidades diferentes dos estudantes e ampliam-se, assim, as evidências que servirão de parâmetro para direcionar o trabalho do professor. Isso se intensifica com o ensino da Língua Portuguesa, já que oportunizar atividades avaliativas utilizando os gêneros textuais, por exemplo, seja através da escrita e/ou da oralidade, a partir da verificação da aprendizagem em outros componentes curriculares, oferece ao docente de Língua Portuguesa um leque de possibilidades para mensurar competências específicas da área como a compreensão e expressão oral, além da leitura e expressão escrita.

Todos os procedimentos de avaliação, como as atividades diferenciadas de avaliação, instrumentos utilizados na verificação da aprendizagem, o valor de cada atividade, dentre outros, depois de definidos pela comunidade escolar, devem ser regulamentados, com a inserção nos regimentos escolares (SERGIPE, 2009).

É importante frisar, como bem destaca o artigo 4º desta portaria, que as equipes diretivas das Unidades de Ensino, para acompanhamento e monitoramento do processo avaliativo, têm a responsabilidade de apresentar um plano com metas a serem atingidas, acompanhadas dos prazos, ações e recursos didáticos e pedagógicos necessários para alcançá-los (SERGIPE, 2009).

Ainda no artigo 4º, enfatiza-se a competência da coordenação da escola e do comitê pedagógico, que consiste em “estimular e subsidiar pedagogicamente o processo de avaliação da aprendizagem (SERGIPE, 2009).”

Em virtude desta iniciativa da Rede, ficou intitulado o ano de 2010, o ano da Avaliação Ensino-Aprendizagem da Rede Pública Estadual de Educação de Sergipe. A avaliação não tem um caráter punitivo, mas de verificar o processo, reunir informações e subsidiar os professores, no sentido de que intervenções sejam realizadas para potencializar a aprendizagem dos estudantes (SERGIPE, 2009).

Todos os componentes curriculares estão inseridos, inclusive Língua Portuguesa, objeto de estudo deste artigo. Como resultado desta ação em nível de rede, podem-se verificar as habilidades que já deveriam ter sido contempladas e aquelas, correspondentes ao ano/série em curso, que precisam ser intensificadas (SERGIPE, 2009).

Conforme Hadyt (1997, p. 292-293, *apud* SALOMÃO, 2015, p.31), a avaliação formativa

[...] pode contribuir para o aperfeiçoamento da ação docente, fornecendo ao professor dados para adequar seus procedimentos de ensino às necessidades da classe. A avaliação formativa pode também ajudar a ação discente, porque oferece ao aluno informações sobre seu progresso na aprendizagem fazendo-o conhecer seus avanços, bem como suas dificuldades, para poder superá-las [...].

3.2.2 – Ciclos Formativos

Uma outra iniciativa desenvolvida e implementada pela Secretaria Estadual de Educação, do Esporte e da Cultura – SEDUC/SE, que visa à melhoria da aprendizagem, são os Ciclos Formativos de Apropriação e Utilização Pedagógica dos Dados Educacionais, realizados

a cada edição do SAEB. O processo formativo foi coordenado pelo antigo Núcleo de Estudo e Pesquisa em Avaliação e Currículo - NEPAC, atualmente Serviço de Gestão do Sistema de Avaliação Educacional – SEGSAE, cujo objetivo específico foi apresentar e discutir as metas projetadas e os resultados alcançados na última edição do SAEB, comparando-os com os resultados da edição anterior, replanejando ações e definindo novas estratégias para o alcance das metas de proficiência e fluxo escolar. As metas a serem atingidas, que foram as referências para a construção e desenvolvimento deste trabalho de formação, constam no Relatório de Gestão 2015-2018 da SEDUC-SE, disponibilizado no próprio site da secretaria, www.seed.se.gov.br.

As formações ocorreram por Diretoria de Educação, entre 2016 e 2018, com a presença de gestores e coordenadores pedagógicos das escolas circunscritas que tiveram a oportunidade de conhecer os procedimentos de análise dos dados produzidos pelas avaliações externas do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, de refletir sobre os resultados inerentes ao Estado e especificamente aos da Unidade de Ensino que dirigiam, além de pensar em ações que possibilitassem avanços nas próximas edições. A reflexão era provocada através de um questionário que abordava IDEB, Média de Proficiência, identificação das habilidades descritas em um específico nível da escala, constatação dos avanços e problemas, a partir de uma comparação dos resultados da última edição com os da penúltima, listagem das maiores dificuldades na proficiência, dentre outros aspectos abordados.

O questionário reflexivo provocou um segundo momento na formação que definiu algumas projeções e ações de melhoria em relação aos resultados, como a definição de uma meta de proficiência que contribuísse para o avanço na escala do SAEB, a construção de um planejamento de ações que seriam desenvolvidas pela escola para o alcance das metas propostas de proficiência e fluxo, identificação dos pontos fortes da unidade de ensino para desenvolver as iniciativas e das ameaças que podiam comprometer a execução do que foi pensado.

A seguir, há a condensação de ações planejadas pelas Diretorias de Educação e suas respectivas unidades escolares, tendo como referência os resultados da edição de 2017 do SAEB, considerando a proficiência de Língua Portuguesa, objeto de estudo deste artigo. É importante destacar que essas ações foram organizadas em um quadro de descrição das iniciativas planejadas, que consiste em um dos instrumentais destas formações, que é dividido em frentes de atuação: redução da aprovação, redução do abandono, melhoria da proficiência em leitura e melhoria da proficiência em resolução de problemas.

Tratando-se especificamente da proficiência em leitura, como bem destaca o quadro a seguir, “o foco pela leitura na avaliação de Língua Portuguesa é justificado por considerar esta competência importante para a formação do cidadão” (FRANCO & OLIVEIRA, 2017, p.198). Segundo consta no PDE/SAEB (2011, p.21) A leitura “[...] é fundamental para o desenvolvimento de outras áreas do conhecimento e para o consequente exercício da cidadania” (apud FRANCO & OLIVEIRA, 2017, p.198).

O instrumental traz uma série de ações e estratégias para o desenvolvimento da competência leitora. De uma certa forma, já sinalizam fatores que influenciam na compreensão de um texto, de que tratam Silva & Leal (2018, p.94):

Tanto na avaliação da aprendizagem que ocorre no âmbito do ensino, como na avaliação em larga escala, é preciso considerar que variados fatores interferem na compreensão de um texto, como a familiaridade do leitor com o gênero do texto e o tema tratado; o tamanho do texto e a complexidade vocabular e dos recursos linguísticos utilizados; as habilidades de leitura do leitor para realizar diferentes estratégias de leitura.

O quadro 1 consta no Relatório Final das ações do NEPAC/SEDUC/2018.

Quadro 1 - Condensado de Ações

| Frente de atuação | Descrição da Ação Planejada |
|---|---|
| <p>Melhoria da proficiência em Leitura</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar e discutir com os professores as habilidades relacionadas a proficiência em leitura; • Analisar as proficiências de Língua Portuguesa, apontadas na descrição nível a nível com os professores da área; • Analisar as proficiências de Língua Portuguesa, apontadas na descrição nível a nível com os professores da área; • Oportunizar espaços escolares que estimulem o hábito de leitura; • Promover o estímulo à leitura através da diversidade de gêneros e observância da área de interesse do aluno; • Atividades como: dia de leitura; leitura compartilhada; teatro e exposição no fechamento do projeto com uma Gincana de leitura; • Promover implementação de atividades lúdicas que visem o desenvolvimento cognitivo na área; • Elaborar plano de trabalho; • Reunir a equipe pedagógica para discussão de metas que tenham efeito sobre a melhoria do rendimento na disciplina de Língua Portuguesa; • Acompanhar bimestralmente as atividades desenvolvidas pelos professores, relacionadas às habilidades da Prova Brasil, através de reuniões; • Executar o Projeto de incentivo à leitura, objetivando o desenvolvimento de habilidades relacionadas à leitura, à escrita e à interpretação, bem como estimulando os alunos a frequentarem a biblioteca; • Realizar a Mostra Literária, com apresentações de textos produzidos pelos alunos em forma de teatro, paródia, declamação de poesia, produção de vídeo, gravuras, etc; • Promover a prática de leitura durante as aulas de todas as disciplinas; • Promover espaços para socialização de práticas exitosas de aprendizagem entre os professores de língua portuguesa; • Através do Programa Mais Educação, ajudando os alunos com dificuldades em Português e Matemática, bem como a gestão do tempo, aumento da autoconfiança e disciplina com as aulas de violino, com o intuito de elevar a proficiência do aluno; • Oferecer acompanhamento especializado para alunos com dificuldades na aprendizagem através do Atendimento Educacional Especializado (AEE). |

Fonte: SEDUC-SE/DED/NEPAC

É importante frisar que, durante os encontros formativos, as interpretações dos resultados partiram de um entendimento da matriz de referência de Língua Portuguesa por considerar, segundo Franco & Oliveira (2017, p.198) que,

Na matriz de referência da Prova Brasil de Língua Portuguesa, encontram-se os descritores que podem ser considerados um referencial para a formulação e subsequente análise dos resultados, ou seja, um parâmetro que indica o que o aluno precisa saber em cada um dos tópicos que compõem a matriz referencial.

No quadro, elencam-se algumas ações e projetos de incentivo e desenvolvimento da prática leitora. São momentos que devem estimular a interação entre o leitor e o texto, conforme afirma Dell'Isola (1997, p. 56, *apud* LEAL & SILVA, 2018, p. 92 e 93):

Ler é desencadear um processo criativo em que autor, texto, leitor e contextos interagem permanentemente tendo em vista que um texto nunca está acabado e sempre deixa espaços a serem preenchidos. Nessa perspectiva, configura-se padrão “ideal” de avaliação a leitura aberta à pluralidade. Quando o sujeito leitor se deixa interagir com o texto, completando - lhe as lacunas com sua própria história, trocando experiências um com o outro, um novo texto surge, uma nova produção se dá, e a verdadeira leitura acontece. O texto permite uma multiplicidade tamanha de leituras quantos múltiplos forem os seus leitores já que cada um gera inferências segundo seu conhecimento de mundo. Conhecimento de mundo engloba componentes emocionais, socioculturais, políticos e econômicos e isso, ou vem sendo desprezado pela escola ou, pior, vem sendo “punido” pelo sistema, através da figura do professor que não permite a viagem pelo texto.

Cabe ressaltar que os ciclos teriam continuidade no ano de 2020 para análise dos dados do SAEB-2019 e já projetando a próxima edição a ser realizada neste ano de 2021. Todavia, em virtude da pandemia do Covid-19, não foi possível. Para a garantia do sucesso desta ação, um dos requisitos é a realização de encontros presenciais, pois a interação, a discussão e a troca de experiências são importantes para a apropriação de todo o processo.

A Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura – SEDUC-SE pensou em realizar, na fase pandêmica, esse momento no formato virtual, mas por entender que o debate, a troca de experiências e, por conseguinte, o envolvimento de todos numa reflexão ficariam comprometidos, preferiu não reeditar. Todavia, reuniões com pauta formativa foram realizadas pela Diretoria de Educação, nas quais se deteve a apresentar os dados do SAEB e instruções de como utilizá-los, pensando na formulação de ações.

3.2.3 – Programa Espaços dos Saberes

Em 2018, foi instituído pela portaria nº 6953/2018, de 13 de agosto de 2018, o Programa Espaços dos Saberes, no âmbito da Secretaria da Educação, cujo objetivo, como descreve o artigo 3º, é “estimular a criatividade e a aprendizagem dos alunos através de formatos que possibilitem a inovação pedagógica e a colaboração de outros agentes formadores” (SERGIPE, 2018).

O Programa Espaços dos Saberes foi instituído (SERGIPE, 2018)

Tendo em vista o disposto no artigo 211, § 3º, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, conforme estabelecido no artigo 90, da Constituição do Estado de Sergipe, de 05 de outubro 1989, em consonância com o artigo 18 e inciso XVI, do artigo 32, ambos da Lei 7.950, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual de Sergipe, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996.

Ao desenvolver o programa, pensou-se em alguns aspectos que justificassem essa ação na Rede Estadual de Ensino. As justificativas são: instituições inovadoras são abertas e acolhedoras, o estímulo à curiosidade é uma das maneiras mais eficientes da escola incentivar os alunos a buscar o conhecimento, uma escola criativa e inovadora torna o processo de aprender muito mais inovador e a colaboração de agentes educacionais extraescolares no ambiente escolar contribui para tornar a escola mais atrativa, criativa e inovadora (SERGIPE, 2018).

A proposta é desenvolver as competências cognitivas e socioemocionais das áreas do conhecimento, de forma que oportunizem as formações cultural, científica e cidadã dos alunos da Rede Estadual, através da execução de projetos inovadores, propostos por agentes escolares e extraescolares (SERGIPE, 2018).

Os cursos e atividades devem ser apresentados através de uma proposta, contendo os elementos definidos no artigo 7º da portaria. Este projeto pode ser proposto pelo professor da Rede Estadual, estudantes de graduação de Instituições Superiores e docentes e outros profissionais voluntários. A atividade ou curso desenhado deve ser entregue na escola que encaminha à Diretoria de Educação, que, por sua vez, envia ao Departamento de Educação da SEDUC para apreciação e avaliação (SERGIPE, 2018).

O Programa Espaço dos Saberes é norteado por alguns princípios, dentre os quais, podem-se destacar: formação de indivíduo autônomo, intelectualmente ativo e independente, formação integral, liberdade para aprender, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e os saberes, cooperação, eliminação de preconceito e aplicação de conhecimentos à vida diária (SERGIPE, 2018). Inclusive, são princípios presentes nas competências específicas de Linguagens, assim como as específicas de Língua Portuguesa da Base Nacional Comum Curricular, o que significa que o programa está em consonância com a nova proposta de ensino da Língua Vernácula, em que o texto ganha notoriedade. Conforme consta no documento oficial, “[...]o texto ganha centralidade na definição dos conteúdos, habilidades e objetivos, considerado a partir de seu pertencimento a um gênero discursivo que circula em diferentes esferas/campos sociais de atividade/comunicação/uso da linguagem” (BNCC, 2017).

Trabalhar o texto é uma estratégia de estimular o desenvolvimento de práticas inerentes à compreensão, interpretação e produção, habilidades exigidas nas avaliações, sejam elas formativas ou em larga escala, além de ser um meio de oportunizar os indivíduos a inserirem-se na sociedade.

Essa nova perspectiva de ensino configura-se, também, num trabalho em que o objeto do conhecimento é o meio para a apropriação e desenvolvimento de competências e habilidades. Lógico que esse processo não ocorre automaticamente. Tal proposta requer uma atenção à formação docente, ou seja, o professor precisa ser preparado para as novas metodologias de ensino. A formação continuada trata de aspectos contextuais que exercem forte influência na aprendizagem dos alunos, questão já comentada neste artigo.

Mello (2000, p. 102, *apud* ARAÚJO & RODRIGUES, 2018, p.03),

É preciso que a formação docente propicie a eles a oportunidade de refazer o percurso de aprendizagem que não foi satisfatoriamente realizado na educação

básica para transformá-los em bons professores, que no futuro contribuirão para a melhoria da qualidade da educação básica.

3.1.4 – Intensificação da aprendizagem e Implementação do Conselho de classe

Uma outra ação estratégica desenvolvida pela SEDUC – SE, para qualificar o processo de ensino-aprendizagem, é a implementação dos Estudos de Intensificação da Aprendizagem e do Conselho de Classe, regimentados pela portaria nº 7.046/2018, de 16 de agosto de 2018, que estabeleceu todas as diretrizes.

Os Estudos de Intensificação da Aprendizagem e do Conselho de Classe foram instituídos (SERGIPE, 2018),

Tendo em vista o disposto no artigo 211, § 3º, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, conforme estabelecido no artigo 90, da Constituição do Estado de Sergipe, de 05 de outubro 1989, em consonância com o artigo 18 e inciso XVI, do artigo 32, ambos da Lei 7.950, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual de Sergipe, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996.

A implementação na Rede Estadual de Ensino parte das premissas de que as instituições escolares devem garantir a todos os estudantes (1) o direito de aprender (1), (2) as condições favoráveis à elaboração, implementação e avaliação de atividades significativas e diversificadas (2), (3) a avaliação é um instrumento para tomadas de decisão (3), (4) a garantia da aprendizagem e a melhoria do desempenho dos estudantes são uma necessidade (4), (5) e é obrigada a prover os meios de recuperação dos alunos (5) e o docente tem a atribuição de zelar pela aprendizagem dos estudantes e estabelecer estratégias de recuperação (6) (SERGIPE,2018).

A partir de atividades diversas, a ideia é maximizar as oportunidades de ensino e aprendizagem, no sentido de subsidiar iniciativas de intervenção pedagógica, em sintonia com os documentos normativos da escola, no caso, o Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico das Unidades de Ensino. Nesse contexto, logicamente, estão as práticas voltadas para o desenvolvimento das habilidades de leitura, interpretação e produção de textos (SERGIPE, 2018).

Os estudos de intensificação da aprendizagem devem estar respaldados nas dificuldades de aprendizagem sinalizadas pelo estudante e no seu rendimento nas avaliações bimestrais, e são ofertados de forma contínua e processual. Este processo se materializa por meio de atividades, seminários, projetos, oficinas de componentes curriculares, tutoria, monitoria, dentre outras estratégias e metodologias definidas pelos professores e coordenação pedagógica (SERGIPE, 2018).

Os alunos que não atingiram uma pontuação 5,0 nas avaliações bimestrais são considerados de menor rendimento e para esses são asseguradas a oportunidade dos estudos de intensificação da aprendizagem, seguidas de uma nova avaliação. Para os alunos, que mesmo atingindo a média 5,0, atingiram o nível de aprendizagem, são garantidos os estudos de intensificação (SERGIPE, 2018).

Os Conselhos de Classes exercem um papel fundamental neste processo, pois dentre as suas atribuições estão o acompanhamento e compartilhamento dos avanços e dificuldades detectados nos estudantes, definem estratégias para os Estudos de Intensificação da Aprendizagem a serem desenvolvidos, além de analisar a evolução da aprendizagem dos estudantes (SERGIPE, 2018).

As ações e programas, pensados e implementados pela Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura, e apresentados nesta seção nascem das necessidades verificadas, a partir do desempenho dos estudantes nas avaliações internas e externas. Ao mesmo tempo que os processos avaliativos sinalizam as fraquezas e potencialidades da Rede de Ensino Estadual de Sergipe, as intervenções desenvolvidas visam à qualificação da aprendizagem que será comprovada nessas mesmas avaliações.

4. CONCLUSÃO

A Rede Estadual de Sergipe, nos seus anos finais do ensino fundamental, conseguiu, em linhas gerais, durante o período analisado (2013 a 2019), resultados interessantes em Língua Portuguesa no Sistema de Avaliação da Educação Básica, fato que evidencia a preocupação da Rede de desenvolver um trabalho alicerçado no planejamento e articulado entre Secretaria de Educação, Diretorias Regionais e escolas, baseado a partir dos dados gerados pelas avaliações bimestrais aplicadas pelos professores nas unidades de ensino e, principalmente, pelas avaliações externas.

Um trabalho articulado entre todos os atores e setores envolvidos é processual, em que cada experiência vivenciada é um exercício para que essa dinâmica se estabeleça em prol da qualificação da educação no estado. O estudo revela que Sergipe vinha numa crescente nas médias de proficiência, especificamente, entre os anos de 2013 a 2017, porém sofreu uma desaceleração, na última edição do SAEB, situação que exige da rede uma reflexão entorno das estratégias e uma avaliação e replanejamento das ações, no sentido de que o desenvolvimento seja retomado.

Constatou-se, durante a pesquisa, que cinco diretorias regionais, em 2019, avançaram nas médias de proficiência de Língua Portuguesa, nos anos finais do fundamental, com destaque para a Regional de Educação – DRE 09, que compreende escolas do alto sertão sergipano, resultando na mudança de nível na escala de proficiência. Ao mesmo tempo que outras cinco diretorias desaceleraram na média, aspecto que foi determinante no resultado geral da rede.

As literaturas explicam esse desempenho diferenciado dentro de um mesmo estado, entendendo que os aspectos contextuais exercem influência nos resultados dos estudantes e por isso devem receber as devidas atenções por todos os envolvidos na educação e serem validados nas interpretações dos números, na formulação de ações e programas e na implementação de estratégias para execução das práticas pedagógicas, no sentido de trabalhar as fraquezas da rede e, especificamente, da escola. Decisivamente, a aprendizagem ocorre na Unidade de Ensino, o que remete ao entendimento de que variantes contextuais, como condições socioeconômicas dos alunos, infraestrutura da escola e, principalmente, o efeito-escola, como ambiente escolar e qualificação docente, possam ser determinantes para o êxito dos estudantes no desenvolvimento e na apropriação de competências e habilidades.

Cabe salientar que as ações e os programas pensados e implantados pela SEDUC/SE não se dirigem a um componente curricular específico, não se limitam aos aspectos inerentes a um deles, situação que possibilita às unidades de ensino desenvolverem as práticas referentes ao ensino e à aprendizagem de acordo com suas realidades. Isso significa dizer que fazer uma leitura eficiente dos resultados e saber potencializar as diretrizes postas, através das respectivas portarias, é uma forma de verificar impactos decisivos na evolução dos dados. Consiste na construção de um cenário favorável à apropriação de competências básicas pelos estudantes.

Enfim, o estudo oportuniza também uma avaliação por um outro viés, ao entender que a formulação de projetos e iniciativas específicas em Língua Portuguesa contribuirá para a efetividade dos resultados nas próximas edições das avaliações externas do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, O. H. A.; RODRIGUES, J. M. C. **A formação contínua dos professores e as avaliações externas no contexto educacional brasileiro.** Disponível em: <https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v8i1.40831>

BASE Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. Dezembro de 2017. Disponível em: basenacionalcomum.mec.gov.br

BLOOM, B.S. A taxonomy of cognitive objectives. New York: McKay, 1956.

BOLETIM da Escola – Saeb 2019. Inep, 2019. Disponível em: <http://saeb.inep.gov.br/saeb/resultado-final-externo>.

BROOKE, N.; CUNHA, M. A. A. **A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados. Em: Estudos e Pesquisas Educacionais – Volume 2.** São Paulo: Fundação Victor Civita, 2011, p.17-25.

BROOKE, N.; SOARES, J. F. **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

BURGOS, M. **A relação entre sistemas de avaliação e apoio pedagógico.** Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2020.

FRANCO, Sandra Aparecida Pires; OLIVEIRA, Rosângela Miola Galvão de. **A Proficiência em Língua Portuguesa na Prova Brasil e o Trabalho Formativo.**

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem.** São Paulo: Ática, 1997.

LEAL, T.F; SILVA, F.S. **Escala de Proficiência da Prova Brasil: O que informa aos professores?** Revista Leia Escola, Campina Grande, v. 18, n. 3, 2018.

MADAUS, G.; AIRASIAN, P.; KELLAGHAN, T. **Eficácia escolar: reavaliando as evidências.** In: BROOKE, N.; SOARES, J. F. **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetória.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MESQUITA, L. K. M. Introdução (Capítulo 1). **Três investigações sobre escalas de proficiência e suas interpretações.** 216 p. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/ Departamento de Educação, 2009.

MESQUITA, S. **Fatores intraescolares e desempenho escolar: o que faz a diferença.** 2009. 123 f. Dissertação (Mestrado) -Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MESQUITA, S. **Os resultados do Ideb no cotidiano escolar.** 2012. Ensaio. Rio de Janeiro.vol.20. p. 587-606. Jul/set. 2012.

PAINEL educacional – Saeb. INEP. Disponível em: portal.inep.gov.br/web/guest/painel-educacional.

PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: SAEB: ensino fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2011.

PLANO de Desenvolvimento do Território do Alto Sertão. Sergipe, 2008.

RIBEIRO, Girlene. Apresentação Interativa, curso de especialização em estatística e avaliação educacional, 14 de setembro a 27 de setembro de 2020.

SALOMÃO, T. **A avaliação no processo de ensino e aprendizagem: A concepção de alunos do ensino médio**. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

SANTOS, Rosiane de Jesus. **Uma Taxionomia para o uso de Vídeos Didáticos para o Ensino de Matemática**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

SERGIPE. Portaria nº 8042, de 30 de dezembro de 2009. **Avaliação da Aprendizagem nas Escolas da Rede Pública Estadual**. Aracaju: Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura, 2009.

SERGIPE. Portaria nº 6953, de 13 de agosto de 2018. **Programa Espaços dos Saberes**. Aracaju: Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura, 2018.

SERGIPE. Portaria nº 7046, de 16 de agosto de 2018. **Estudos de Intensificação da Aprendizagem e do Conselho de Classe**. Aracaju: Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura, 2018.

SERGIPE. **Relatório de Gestão**. Aracaju, 2015-2018.

SOARES, S. “**Avaliação educacional como instrumento pedagógico**”. Trabalho e Sociedade, ano 2, n. 4, p. 23-25, agosto, 2002.

Taxonomia de Blomm. Biblioteconomia digital. Disponível em: <https://biblioteconomiadigital.com.br/2012/08/a-taxonomia-de-bloom-verbos-e-os.html>, adaptado de Jonhson & Jonhson S.R. Acesso em 06 de dezembro de 2020.